



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

29 DE ABRIL DE 2024



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

29 DE ABRIL DE 2024

No dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no piso superior do Cineteatro Vianense, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

1. Aprovação da ata em minuta no final da sessão;
2. Apreciação da informação escrita sobre a Atividade da Câmara;
3. Proposta de aprovação da segunda alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor;
4. Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2023;
5. Proposta de aprovação da participação do Município na Associação de Municípios Portugueses do Vinho (mediante aprovação na reunião de Câmara);
6. Proposta de aprovação da reformulação da assunção compromissos plurianuais e respetivos encargos, decorrentes da contratação do empréstimo de M/L prazo, destinado à obra de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, cujo montante será até 600.000,00 € (mediante aprovação na Reunião de Câmara).

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros:

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu -----
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário -----
- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário -----
- Vítor Miguel Lôpas Fialho -----
- Sara Patrícia Galega Rodrigues -----
- António Manuel Dimas Grosso -----
- Marta Sofia São Pedro Lopes Figueiredo Lopes Rebocho -----
- José Fernando Nazaré Pereira -----
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes -----
- Cecília Isabel Pinto Lopes -----
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino -----



- Ricardo Filipe Malagão Soldado -----
- João de Deus Carapeto Fialho -----
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas -----

O membro Fernando Manuel Tim Tim Janeiro mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Celeste Teresa Cavalete Gomes Patinhas. -----

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Manuel Jorge de Matos Rafael. -----

O membro Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pela Secretária da referida Junta de Freguesia, Ana Lúcia Mendes. -----

No Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava disponível para quem a quisesse consultar. -----

Ainda neste período, o Senhor Presidente da Assembleia informou que havia duas atas para aprovação, colocando à apreciação as atas relativas às sessões ordinárias de 8 de setembro de 2023 e de 16 de fevereiro de 2024. -----

Relativamente à ata da sessão ordinária de 8 de setembro de 2023, perguntou se, depois da leitura, alguém queria colocar alguma questão. -----

O membro João Antunes interveio e chamou a atenção para um erro na página 27 da referida ata. -----

Submetida a votação, a ata relativa à sessão ordinária de 8 de setembro de 2023, foi aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na votação os membros Marília Rasquinho, Ana Mendes, Ricardo Soldado, Frederico Carvalho e Celeste Patinhas pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Passou-se, de seguida, à apreciação da ata relativa à sessão ordinária de 16 de fevereiro de 2024. -----

Depois das várias correções ao documento, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a ata relativa à sessão ordinária de 16 de fevereiro de 2024, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

Não participaram na votação os membros Sara Rodrigues, Marta Rebocho e Ana Mendes pelo facto de não terem participado nesta sessão. -----

Continuando no período de Antes da Ordem do Dia, usou da palavra o membro Rosinda Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar que apresentou um voto de condolências pelo



recente falecimento de uma jovem da freguesia de Aguiar, Rita Oliveira e enviou os seus sentidos pêsames aos pais José Oliveira e Célia Oliveira. Em seguida, propôs à Assembleia um minuto de silêncio em nome da família enlutada. -----

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém se opunha à proposta da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar. -----

Havendo concordância de todos os membros, foi respeitado o minuto de silêncio. -----

O membro João Antunes, em representação da bancada do PS apresentou um voto de pesar pelo falecimento da Jovem Rita Oliveira, que se transcreve: -----

“Votos de Pesar pelo falecimento da Jovem Rita Oliveira

1. Considerando que a jovem Rita Oliveira de apenas 20 anos de idade, faleceu tragicamente, no passado dia 26 de abril, após um acidente rodoviário.
2. A Rita era uma menina simples, de sorriso fácil e uma jovem ativa nos projetos e residente em Aguiar.
3. A jovem era estudante de Ciências de Educação da Universidade de Évora e tinha um futuro bastante promissor à sua frente.
4. A Rita era filha de um companheiro nosso da Assembleia Municipal e um amigo ativo, sempre em prol da qualidade de vida da nossa comunidade.

Tendo em consideração a profunda consternação pelo falecimento da jovem Rita Oliveira, atendendo à importância que representa para a Assembleia Municipal de Viana do Alentejo, convocada em sessão ordinária de 29 de abril de 2024, tendo em conta o exposto, deliberou, nos termos regulamentares aplicáveis, aprovar um voto de pesar pelo falecimento da jovem Rita Oliveira, no dia 26 de abril de 2024, endereçando à família e aos amigos as sentidas condolências.

Viana do Alentejo, 29 de abril de 2024

Voto de Pesar apresentado pelos membros da Assembleia Municipal de Viana do Alentejo “

Submetido a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e disse que “aquilo era o que podiam fazer quando não podiam fazer nada”. -----

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao membro Nuno Grave, que começou por cumprimentar todos os presentes e todos os que acompanhavam a sessão à distância. -----

Na sua intervenção, o membro Nuno Grave disse que na sessão da Assembleia Municipal de 16 de fevereiro de 2024, acerca do assunto das casas pré-fabricadas de Aguiar, o Senhor Presidente da Câmara tinha referido que iria submeter a candidatura até ao dia 31 de março, os projetos estavam em fase de adjudicação e tinham concorrido mais do que uma dezena de Arquitetos. -----

Na sua intervenção na sessão solene das comemorações do dia 25 de Abril, informou que aquele projeto já estava em execução. -----



Neste contexto, perguntou se os projetos já estavam adjudicados e o projeto em andamento.

Ainda no decorrer do discurso do Senhor Presidente da Câmara, houve referência à construção de três Campos de Padel. Aquilo que questionava era se aquelas obras eram financiadas ou seriam construídas com dinheiro dos cofres do Município. -----

O Senhor Presidente respondeu às questões do membro Nuno Grave e em relação à pergunta sobre as casas pré-fabricadas de Aguiar confirmou que os projetos para as obras deste bairro já tinham sido feitos há algum tempo e que tinha recebido, naquele dia, da parte do Arquiteto do Município, uma proposta para a “reconstrução” daquelas casas. Disse que não tinha, ainda, avaliado, mas que tinha feito um contacto com um Vereador e faria naquele dia o outro contacto, para apresentar aos Senhores Vereadores o projeto em questão e, em conjunto, discutiriam o assunto. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente da Câmara disse que já tinham recebido um esboço e que já tinha sido realizada uma reunião com a Junta de Freguesia de Aguiar a propósito desse assunto. -----

Relativamente aos Campos de Padel, referiu que não havia financiamento, pelo que ter-se-ia de “usar os cofres do Município” –disse. -----

O Senhor Presidente acrescentou que o valor destas obras, dependia dos locais onde seriam construídos os Campos de Padel. -----

Voltou a intervir o membro Nuno Grave que disse que, de acordo com o que tinha percebido da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, apenas havia uma proposta de um dos Arquitetos, embora tivessem concorrido mais de uma dezena. -----

O Senhor Presidente explicou que tinha sido lançado um concurso e concorreu um Gabinete de Arquitetos e esse Arquiteto é que poderia apresentar mais do que uma proposta. “Se for de comum acordo, não seria necessário outra” –disse. -----

Terminadas as intervenções e havendo público presente na sala, o Senhor Presidente perguntou se alguém queria intervir. -----

Não havendo intervenções, deu-se por encerrado o primeiro período de intervenção do público. -----

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão- A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

Ponto dois) Apreciação da informação escrita sobre a Atividade da Câmara - O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, caso pretendesse esclarecer alguma questão. -----

O Senhor Presidente respondeu que não tinha nada a salientar neste ponto e que o documento retratava a atividade do executivo municipal e submetida a apreciação nas reuniões de Câmara. -----

O membro Nuno Grave usou da palavra e referiu-se às obras da Igreja da Senhora da Graça, para as quais o Município tinha contribuído com 10 mil euros para sua recuperação. -----

A este propósito, o membro Nuno Grave referiu que, “como se sabia, as funções que competiam aos Municípios na área do Património Cultural eram diversas que estavam consagradas na Lei e aprovadas e depois publicadas em Diário da República”. -----

Dessa responsabilidade, destacava duas, sendo uma promover ações de recolha, inventariação e investigação e ainda a divulgação de estudos científicos. -----



Acrescentou que o referido imóvel não tinha qualquer tipo de classificação, no entanto, era importante que o Município garantisse que existia a respetiva fiscalização, de forma a existir um acompanhamento de obras. -----

Disse, também, que havia edifícios no Concelho que também não tinham qualquer tipo de classificação, mas que eram edifícios com interesse e, acompanhando a respetiva reabilitação, teria de haver uma fiscalização por parte do Município. Essas obras devem ser acompanhadas por especialistas e responsáveis para que toda a informação recolhida seja credível. Disse também que a obra estava a ser financiada e ainda tinha a ajuda do Município, por consequência todo o estudo deveria ser feito com o máximo de rigor. -----

O membro Nuno Grave referiu que o resultado daqueles estudos seria importante que fossem, posteriormente, utilizados para uma publicação. O Município, ao fazer essa publicação, estará a valorizar não só a respetiva reabilitação do imóvel, como também todo o património que existe no nosso Concelho. -----

O Senhor Presidente disse que não tinha percebido bem a pergunta, e o membro Nuno Grave explicou que o que gostaria de saber era se o Município tinha alguma equipa de fiscalização a acompanhar a obra, pois a responsabilidade da mesma era da Misericórdia. O Senhor Presidente respondeu que da parte da Câmara não havia nenhuma equipa técnica de fiscalização na obra, uma vez que não tinha sido pedido esse tipo de intervenção. O apoio solicitado à Câmara deveu-se ao facto de a obra não ter sido financiada nos valores previstos e, por outro lado, no projeto, estava apenas contemplado o reboco de uma parte da capela e a Santa Casa considerou que se deveria rebocar por inteiro. -----

Ponto três) Proposta de aprovação da segunda alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor –

O Senhor Presidente da Câmara explicou que “aquele documento era o complemento daquilo que já tinha sido aprovado. Os funcionários que tinham passado de Assistentes Operacionais para Assistentes Técnicos ou de Assistentes Técnicos para Técnicos Superiores não estavam contemplados no quadro porque “não havia lugar”. -----

Disse que se a proposta fosse aprovada, “fariam tudo o que tinha sido combinado”, pois as pessoas seriam colocadas nos lugares corretos” – disse. -----

Após a explicação do Senhor Presidente da Câmara, e submetido a votação, a proposta da segunda alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, ainda em vigor foi aprovada por maioria, com 13 votos favoráveis por parte dos Eleitos da CDU e do PS e 5 Abstenções por parte dos Eleitos do VIVA. -----

Ponto quatro) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2023 O Senhor Presidente da câmara interveio e disse que não havia muito a dizer sobre aquele assunto e iria repetir aquilo que já tinha sido dito em reunião de Câmara. -----

Disse que o documento apresentava a Prestação de Contas de 2023 e que o executivo considerava positiva, pois tinha cumprido aquilo a que se tinha proposto em termos de iniciativas e preparação de projetos para candidaturas para o ano de 2024. Referindo-se ao turismo, salientou o aumento de visitantes no concelho, o que provava que as políticas de atração estavam corretas. Na área do ambiente, realçou que em 2023, tinham sido transportadas 263, 2 toneladas de lixo indiferenciado para o Aterro, o que se traduzia numa evolução muito positiva, tanto em termos económicos como ambientais. A situação financeira estava equilibrada, a capacidade de endividamento do Município era de 3 milhões de euros. -----



Referiu-se depois à questão sobre o “desequilíbrio orçamental”, que se previa ser na ordem dos 800 mil euros, no início do ano, e que foi ultrapassada, tendo terminado o ano de 2023 com “equilíbrio”. - A taxa de execução tinha sido de 88, 94%, cumprindo, assim a meta obrigatória, que é de 85%. Acrescentou que tinham transitado com um saldo inferior, em relação ao ano transato, mas havia “muitas faturas para pagar”.

Disse que, nesta situação, tinha sido” uma opção de gestão pagar o máximo possível para terem as contas o mais real possível.

O Senhor Presidente, da Câmara continuando a sua intervenção referiu que não tinham feitos empréstimos, ou seja, não haveria endividamento do Município. Referiu que tinham acabado de pagar um empréstimo feito à Agência de Desenvolvimento e Coesão, o qual foi contraído para a Requalificação do Paço dos Henriques.

A despesa aumentou, tendo em conta as transferências para as Juntas de freguesias, cujo valor tinha sofrido um aumento considerável- afirmou.

Os apoios às Associações também tinham crescido, tendo sido atribuídos mais 145 mil euros. Os aumentos salariais também tinham sido um fator importante nesta questão, já que foram gastos mais 670 mil euros do que o habitual. Este aumento esteve relacionado com os retroativos e atualização dos vencimentos dos trabalhadores- disse.

A parte que considerava negativa na parte orçamental deste mandato era a Requalificação da EBSIS, que inicialmente se previa gastar 1 milhão e 700 mil euros e iria terminar com um valor de 3 milhões e meio de euros, aproximadamente.

A terminar a sua intervenção, destacou a evolução da Divisão Administrativa Urbanística e Processual que chegou ao final do ano sem ter projetos “acumulados”. “Não era a situação ideal, mas já havia progressos e que se estava a trabalhar para conseguir tratar dos processos mais antigos –disse.

Verificou-se, também, a intervenção do membro Cecília Lopes que, em representação dos eleitos do VIVA, apresentou uma declaração de voto, relativamente à Prestação de Contas do Município de Viana do Alentejo, no ano de 2023, que se transcreve:

“O VIVA apresenta uma análise crítica da Prestação de Contas do Município de Viana do Alentejo, no ano de 2023. Esta análise já foi apresentada noutros contextos, nomeadamente, no âmbito da apresentação dos documentos operacionais, como são exemplo o Orçamento e as Grandes Opções de Plano. Na nossa perspetiva, o trabalho desenvolvido pelo executivo da CDU não vai ao encontro dos desafios e exigências que se colocam ao Município, nomeadamente, na área da habitação, Regeneração Urbana, condições de vida, apoio ao jovens e apoio às pessoas, às famílias e às empresas, património e cultura, ambiente e sustentabilidade, tecnologias e inovação, assim como nos investimentos prioritários para resolver estes problemas. Esta Prestação de Contas do Município de Viana do Alentejo demonstra que não há uma visão, não há estratégia.

Este executivo anda, há muito, como se diz na gíria “a encanar a perna à rã”. Damos alguns exemplos: Neste Concelho, não pode beneficiar da redução do IVA de 23% para 6%, aquando da realização de obras em área de reabilitação urbana, visto o executivo da CDU ter deixado caducar este processo. Reabilitação de edifícios ou partes autónomas afetas à habitação, localizadas numa área de Reabilitação Urbana. Para ter IVA a 6% na reabilitação, só com certificado das câmaras e o pedido deve ser feito pelo titular do imóvel ou titular de um direito que lhe permita formalização. No caso de



Viana do Alentejo, por responsabilidade do executivo não é possível, certificar estes pedidos, o que implica que os nossos munícipes foram altamente prejudicados. Não nos revemos nos documentos apresentados, nas propostas apresentadas e no modelo de gestão seguido, até aqui, pelo executivo, da CDU. Não respondem às verdadeiras necessidades do Concelho de Viana do Alentejo, por exemplo, a falta de resposta na Reabilitação Urbana atrasa o desenvolvimento do Concelho de Viana do Alentejo.

Destacamos a ausência de obras nos Centros Históricos de Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo. Estamos perante um claro retrocesso nos investimentos, no Património, reabilitação e valorização. Esta Prestação de Contas é a demonstração do perpetuar de uma situação de pouca atividade e de pouca ambição do atual executivo.

A Câmara Municipal de Viana do Alentejo é proprietária de diversos edifícios existentes no Concelho, que estão devolutos e que estando fechados aumenta a sua degradação. Não se vislumbra qualquer atividade para a maioria desses equipamentos.

O Bairro Social de Aguiar não avança, a Estratégia Local de Habitação mal avança. Encontramo-nos perante uma teia burocrática, correndo o risco de as obras não virem a ser concluídas no final de 2025.

Questiono como é que pretendem desenvolver o Loteamento a tempo de executar este projeto. Obras que deviam avançar e não avançam, o Centro Tecnológico de Produção e Preservação da Arte Oleira em Viana do Alentejo, o Espaço de Incubação da atividade chocalheira em Alcáçovas, adaptação do Mercado Municipal em Alcáçovas, incluindo outras atividades económicas, Área de Acolhimento Empresarial em Aguiar, de forma a aproximar o Concelho de Viana do Alentejo ao Cluster Aeronáutico, alargamento das Zonas Industriais do Concelho, Alcáçovas e Viana do Alentejo, o Observatório do Tratado das Alcáçovas no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, programa para a captação e aproveitamento da água da chuva para fins não potáveis, em Viana do Alentejo, o Centro Interpretativo da Arte Chocalheira, preferencialmente, no antigo cinema, em Alcáçovas, criação de gabinete de apoio ao Associativismo, com apoio técnico em vários domínios, incluindo a elaboração de candidaturas a fundos nacionais e comunitários.

Tirando os avanços com a EBSIS, os projetos, neste Concelho, não têm rasgo. O Concelho continua a necessitar de um verdadeiro impulso na economia local, criando incentivos ao investimento, condições de atratividade económica e desenvolvimento, procurando diversificar o nosso tecido económico para podermos ser mais resilientes á crises setoriais conjunturais. Continua a não existir um projeto que tenha uma visão transversal e integrada da educação, da cultura, do desporto, do associativismo e da juventude. É necessário um projeto que não desinvista nas políticas sociais.

Uma vez que cabe ao estado, tanto a nível da administração Central como local, a correção dos desequilíbrios sociais e a proteção dos mais desfavorecidos. Um projeto que não abandone à sua sorte os pequenos negócios, os agricultores, os artesãos locais e o nosso mundo rural.

Esta Prestação de Contas reflete o vazio de ideias e de projetos de desenvolvimento estratégico para o Concelho, limitando-se à gestão casuística e desarticulada do dia a dia e. contendo por outro lado, opções políticas extremamente frágeis ou mesmo erradas.”



O Senhor Presidente disse que “ não discutia opiniões” e aproveitou para fazer uma correção em relação às ARU - Áreas de Reabilitação Urbana, assunto que já tinha sido discutido em reunião de Câmara. -----

Assim, disse que a primeira ARU de Aguiar tinha caducado em 26 de novembro de 2018, em Viana e Alcáçovas caducou também na mesma data da ARU de Aguiar e a outra ARU de Viana caducou em 28 de fevereiro de 2017. -----

Após ter sido questionado sobre o assunto, em reunião de câmara, pediu informações e aqueles tinham sido os elementos fornecidos pelos técnicos. -----

Perante estes elementos, não podiam ser acusados de ter deixado caducar – afirmou. -----

Relativamente às outras questões colocadas, nomeadamente, o facto de ainda não se ter desenvolvido a Zona Industrial de Aguiar, afirmou que todos sabiam que os avisos do Portugal 2030 tinham aberto havia duas semanas e neles “estavam algumas coisas contempladas” daquelas que tinham sido referidas. Fez alusão às obras que foram realizadas no anterior mandato, as quais foram alvo de financiamento e disse que o “Município não tinha capacidade de realizar obras com capitais próprios”. -----

O Senhor Presidente garantiu que “tudo o que fosse possível candidatar, iriam aproveitar”. --

No que diz respeito à atratividade do Concelho, disse que “havia muitos anos que não via tantas obras no Concelho de Viana do Alentejo” e a atração pelo Concelho estava a crescer e haveria mais investimento porque os projetos estavam a entrar na Câmara. Reconheceu que os anos da pandemia “tinham fechado algumas portas”, alguns comércios, mas que atualmente havia “mais portas abertas”. -----

A terminar a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara disse que, perante tudo o que enumerou, não podia concordar com a opinião do membro Cecília Lopes e dos eleitos VIVA. O Senhor Presidente da Assembleia, no uso da palavra, referiu que tinha lido algumas temáticas relacionadas com as ARU e que não conhecia as datas em que elas tinham sido consideradas como caducadas. -----

Neste âmbito, disse que iria colocar uma questão e que o Senhor Presidente da câmara traria a resposta na próxima Assembleia, dado que não deveria ter meios para responder no momento. -----

Enquanto as ARU no Concelho de Viana do Alentejo estiveram ativas, quantos municípios aproveitaram essas benesses? –Perguntou. -----

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que pedisse, nos serviços da Câmara Municipal, esclarecimentos sobre este assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara comprometeu-se em trazer os elementos solicitados para apresentar na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto a votação, tendo sido aprovado, por maioria, com sete votos favoráveis por parte dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Vítor Fialho, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) seis abstenções por parte dos eleitos do PS (Nuno Grave, José Nazaré Pereira, João Antunes, Celeste Patinhas, Manuel Rafael e Ana Mendes) e cinco votos contra por parte dos eleitos do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, João Fialho e Frederico Carvalho). -----



Ponto cinco- Proposta de aprovação da participação do Município na Associação de Municípios Portugueses do Vinho (mediante aprovação na reunião de Câmara) – O

Senhor Presidente disse que se tratava da adesão do Município de Viana à Associação de Municípios Portugueses do Vinho. Em sua opinião, fazia todo o sentido aceitar este convite, por várias razões, uma delas porque já havia no Concelho um produtor de vinho, “bastante dinâmico” e por toda história da primeira adega portuguesa ligada a viana do Alentejo. -----
Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, a Assembleia aprovou por unanimidade a proposta da participação do Município na Associação de Municípios Portugueses do Vinho.

Ponto seis) Proposta de aprovação da reformulação da assunção compromissos plurianuais e respetivos encargos, decorrentes da contratação do empréstimo de M/L prazo, destinado à obra de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, cujo montante será até 600.000,00 € (mediante aprovação na Reunião de Câmara)

- O Senhor Presidente referiu que tinha tido algumas dúvidas na submissão deste ponto à Assembleia Municipal, uma vez que já tinha sido aprovado o empréstimo até 800 mil euros em sessão da Assembleia uma recomendação do Tribunal de Conta, pois não estando contabilizados, na altura os trabalhos complementares e faltando cerca de 800 mil euros para acabar a obra, “se faria sentido estar a pedir 800 mil euros”. Feita a avaliação pelos técnicos, chegou-se à conclusão que se se mantivesse o pedido de 800 mil euros, “não passaria” no Tribunal de Contas- disse. -----

Assim, decidiu-contrair um empréstimo de 600 mil euros. -----
O membro Nuno Grave interveio e disse que, de acordo com o que tinha percebido, o processo tinha sido devolvido pelo Tribunal de Contas, com a recomendação dessa redução, uma vez que os trabalhos complementares ainda estariam por executar e já não justificariam os 800 mil euros. -----

O membro Nuno Grave sugeriu que se tentasse descrever todos os valores, de forma a ficar claro para todos os membros do que se trata porque, de acordo com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, na Sessão Solene do 25 de Abril, a obra da EBSIS “estava quase na reta final” e que no início, o valor total da obra era de 1 milhão e 700 mil euros e atualmente era de 4 milhões de euros. Embora sendo uma obra financiada, o Município tinha de colocar cerca de 500 mil euros dos seus cofres. -----

Assim, disse que quando o Senhor Presidente se referiu aos 3 milhões e 500 mil euros, teria de acrescentar os 500 mil euros dos cofres do Município. -----

Ainda na sua intervenção, o membro Nuno Grave disse que teriam de saber qual era a qual era o ponto de situação da requalificação da EBSIS, qual a percentagem de execução dos trabalhos, dado que o Senhor Presidente tinha referido que a mesma “estava na reta final”.

A obra será totalmente financiada e depois devolvidos os 500 mil euros para os cofres do Município ou a obra será parcialmente financiada, o Município receberá 85% a fundo perdido e o terá de colocar os restantes 15% perguntou. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que, relativamente ao facto de ter dito que a obra estava na reta final, estava a referir-se a em termos temporais, pois tinha sido submetido a aprovação da Câmara um pedido de prorrogação de prazo da obra por parte da empresa até 15 de outubro do ano em curso. Daí considerar que “esteja na reta final”. -----



Em relação à percentagem referiu que não tinha essa informação de momento e que a obra era financiada em 85%, logo o Município teria de pôr dos seus cofres cerca de 500 mil euros. Não podia dar valores certos ainda porque os trabalhos complementares, tinham sido aprovados, havia pouco tempo. Referiu-se ao fim do Programa 2020 e disse que a obra poderia vir a ser financiada de outra forma. -----

O Senhor Presidente acrescentou, ainda, que todos os valores eram públicos e estavam aprovados para os Trabalhos Complementares, assim como os Autos de Medição. -----

Iria pedir aos técnicos do Município que fizessem esse “apanhado”, tal como tinha sugerido o membro Nuno Grave, mas que era difícil, nesta altura tendo em conta que se estavam a preparar candidaturas. -----

Depois das intervenções e esclarecidos prestados, a Assembleia deliberou por unanimidade a Proposta da reformulação da assunção compromissos plurianuais e respetivos encargos, decorrentes da contratação do empréstimo de M/L prazo, destinado à obra de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, cujo montante será até 600.000,00. -----

Esgotada a ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. -----

Não havendo intervenções, por parte do público, o senhor Presidente da Assembleia interveio e felicitou o Senhor Presidente da Câmara e toda a equipa pela realização do evento Romaria a Cavallo. -----

Passou-se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata, que foi votada e aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às vinte e três horas do dia 29 de abril de 2024. -----



Aprovada a 30 de setembro de 2024

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,
